



Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Faculdade de Direito  
Programa de Pós-Graduação em Direito

KENNY SONTAG

**EM DEFESA DE UMA FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO INTERNACIONAL  
PRIVADO: A PROMOÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO E DOS DIREITOS  
HUMANOS POR MEIO DAS NORMAS DE APLICAÇÃO IMEDIATA E DA  
EXCEÇÃO DA ORDEM PÚBLICA**

Porto Alegre

2020

KENNY SONTAG

**EM DEFESA DE UMA FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO INTERNACIONAL  
PRIVADO: A PROMOÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO E DOS DIREITOS  
HUMANOS POR MEIO DAS NORMAS DE APLICAÇÃO IMEDIATA E DA  
EXCEÇÃO DA ORDEM PÚBLICA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Direito, na Linha de Pesquisa Fundamentos da Integração Jurídica.

Orientado: Professor Dr. Augusto Jaeger Junior

Porto Alegre

2020



## RESUMO

Em vista de um contexto crítico ao Direito Internacional Privado, em que se retrata a disciplina como inerte frente aos desafios da globalização, composta por técnicas neutras e indiferentes a ideais de justiça na conjuntura da alocação da governança global, esta tese pretende propor uma reinterpretação das normas de aplicação imediata e da exceção da ordem pública. Almeja-se adaptar estes institutos jurídicos para que comportem uma dimensão social, incorporando fatores axiológicos que permitam a promoção do interesse público e dos direitos humanos.

Esta pesquisa é permeada pelas seguintes perguntas: (i) frente a asseverada neutralidade do Direito Internacional Privado, as normas de aplicação imediata e a exceção da ordem pública conseguiriam representar uma quebra desta ausência valorativa, englobando fatores axiológicos? (ii) Se esta ruptura da neutralidade é comprovável, de quais fatores axiológicos se revestem as normas de aplicação imediata e a exceção da ordem pública? (iii) Há possibilidade de serem agregados outros fatores axiológicos aos existentes? (iv) Os fatores axiológicos existentes e os fatores axiológicos agregados seriam capazes de ensejar um fomento do interesse público e dos direitos humanos, conformando uma função social do Direito Internacional Privado?

Visando a enfrentar estes questionamentos, empregou-se um método dedutivo de abordagem e foram utilizadas técnicas de pesquisa histórica e comparativa, combinadas à análise de fontes doutrinárias, legislação e jurisprudência nacionais e estrangeiras.

Inicialmente, foram expostas as premissas da pesquisa, estudando-se a construção histórica do paradigma de neutralidade do Direito Internacional Privado e como as normas de aplicação imediata e a exceção da ordem pública podem representar uma ruptura a esta neutralidade. Posteriormente, foram analisados os valores intrínsecos às normas de aplicação imediata e à exceção ordem pública, propondo-se que outros valores sejam a estes agregados, no sentido de se promover o interesse público e os direitos humanos.

**Palavras-chave:** Normas de Aplicação Imediata. Ordem Pública. Função Social. Direitos Humanos. Interesse Público.

## ABSTRACT

Facing a critical approach to Private International Law, which portrays the discipline as inactive to the challenges of globalizations, composed of neutral techniques and indifferent to ideals of justice in allocating global governance, this thesis intends to propose a reinterpretation of overriding mandatory rules and public order. The aim is to adapt these legal institutes in order to fulfill a social dimension, incorporating axiological factor that would allow the promotion of public interest and human rights.

This research is permeated by the following inquiries: (i) in the view of an asserted neutrality of Private International Law, could overriding mandatory rules and public policy represent a breakdown of this absence of value, encompassing axiological factors? (ii) If this rupture of neutrality is verifiable, which are the axiological factors that overriding mandatory rules and public policy encase? (iii) Is it possible to add other axiological factors to the existing ones? (iv) Could the existing and the aggregated axiological factors foster public interest and human rights, forming a social function of Private International Law?

In order to address these questions, this study applied a deductive method and used historical and comparative research techniques, combined with the analysis of national and foreign legal doctrine, legislation and case law.

The first part of this thesis is devoted to determine its premises, which are the historically elaborated neutrality dogma of Private International Law and how overriding mandatory rules and public policy can represent a rupture to this neutrality. The second part examine the intrinsic values expressed by overriding mandatory rules and public policy, proposing the addiction of other values, in order to promote public interest and human rights.

**Keywords:** Overriding Mandatory Rules. Public Policy. Social Function. Human Rights. Public Good.

## RIASSUNTO

In un'ottica di considerazione critiche del Diritto Internazionale Privato, che ritrae la disciplina come inerte alle sfide della globalizzazione, composta da tecniche neutrali e indifferenti agli ideali di giustizia nel contesto della distribuzione della governance globale, questa tesi intende produrre una reinterpretazione delle norme di applicazione necessaria e dell'ordine pubblico. L'intenzione è quella di adattare questi istituti legali in modo da tenere in debito conto una dimensione sociale, incorporando fattori assiologici che consentano la promozione dell'interesse pubblico e dei diritti umani.

Questa ricerca è permeata dalle seguenti domande: (i) di fronte alla asserita neutralità del Diritto Internazionale Privato, le norme di applicazione necessaria e l'ordine pubblico potrebbero rappresentare una rottura di questa assenza di valore e comprendere fattori assiologici? (ii) Se questa rottura della neutralità è verificabile, quali sono i fattori assiologici delle norme di applicazione necessaria e dell'ordine pubblico? (iii) È possibile aggiungere altri fattori assiologici a quelli esistenti? (iv) I fattori assiologici esistenti e i fattori assiologici aggregati sarebbero in grado di promuovere l'interesse pubblico e i diritti umani, formando una funzione sociale del Diritto Internazionale Privato?

Per rispondere a queste domande è stato utilizzato un metodo di approccio deduttivo e sono state adoperate tecniche storiche e comparative di ricerca, combinate con l'analisi delle fonti dottrinali, della legislazione e della giurisprudenza nazionale e straniera.

Prima, sono state esposte le premesse della ricerca, attraverso lo studio della costruzione storica del paradigma di neutralità del Diritto Internazionale Privato e di come le norme di applicazione necessaria e l'ordine pubblico possono rappresentare una rottura a questa neutralità. Successivamente, i valori intrinseci delle norme di applicazione necessaria e dell'ordine pubblico sono stati analizzati, con la proposta di aggiungere altri valori a questi, al fine di promuovere l'interesse pubblico e i diritti umani.

**Parole-Chiavi:** Norme di Applicazione Necessaria. Ordine Pubblico. Funzione Sociale. Interesse Pubblico.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1 PRESSUPOSTOS A UMA PROPOSTA AXIOLÓGICA DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO</b> .....	24
1.1 GÊNESE DA NEUTRALIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	24
1.1.1 Teoria Estatuária e a Formação do Paradigma Westfaliano.....	30
1.1.2 Paradigma Westfaliano na Contemporaneidade.....	52
1.2 ELEMENTOS DISRUPTIVOS DA NEUTRALIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	80
1.2.1 Normas de Aplicação Imediata.....	81
1.2.2 Exceção da Ordem Pública.....	92
<b>2 PROPOSTA DE REINTERPRETAÇÃO AXIOLÓGICA DOS ELEMENTOS DISRUPTIVOS</b> .....	103
2.1 ELEMENTOS DISRUPTIVOS SOB O PRISMA DO ESTADO E DA PESSOA.....	103
2.1.1 Resguardo da Soberania e do Ordenamento Jurídico.....	104
2.1.2 Fomento dos Direitos Humanos.....	119
2.2 ELEMENTOS DISRUPTIVOS E SUAS FUNÇÕES SOCIAIS.....	133
2.2.1 Atributos de Igualdade e de Racionalização da Interação Social.....	134
2.2.2 Incumbências de Segurança e de Eficiência Econômica.....	144
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	159
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	163





## REFERÊNCIAS

ABREU Y BERTODANO, Joseph Antonio de. *Coleccion de los Tratados de Paz*. Parte V. Madrid: Antonio Marin, Juan de Zuñiga y la Viuda de Peralta, 1750.

ACEDO PENCO, Ángel. El Orden Público Actual como Límite a la Autonomía de la Voluntad em la Doctrina y la Jurisprudencia. *Anuario de la Facultad de Derecho*, n. 14-14, años 1996-1997.

ADAM, Barbara; BECK, Ulrich; LOON, Joostvan (Eds.). *The Risk Society and Beyond: Critical Issues for Social Theory*. London: Sage, 2005.

ALEXY, Robert. *Theorie der Grundrechte*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.

ALVAREZ, José E. *The Public International Law Regime Governing International Investment*. The Hague: Hague Academy of International Law, 2011.

ALVES, Jorge de Jesus Ferreira. *Direito da Concorrência nas Comunidades Européias*. 2. ed. Coimbra: Coimbra, 1992.

ALVIK, Ivar. *Contracting with Sovereignty: State Contracts and International Arbitration*. Oxford: Hart, 2011.

ANGHIE, Antony. *Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law*. Cambridge: Cambridge University, 2007.

ANTON, A. E. The Introduction into English Practice of Continental Theories on the Conflict of Laws. *International and Comparative Law Quarterly*, v. 5, issue 4, 1956.

AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. 2. ed. v. 4. São Paulo: Loyola, 2010.

ARGENTINA. Corte Suprema de Justicia de la Nación. *Aguinda Salazar, Maria c/ Chevron Corporation*. A. 253. XLIX. A. 238. XLIX. Decidido en quatro de junio de 2013. Disponível em: <<https://www.italaw.com/sites/default/files/case-documents/italaw1486.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2019.

ARISTÓTELES. *The Rhetoric, Poetic and Nicomachean Ethics of Aristotle*. v. 2. Translated from the Greek by Thomas Taylor. London: James Black and Son, 1818.

ARNDTS, Ludwig. *Juristische Encyklopädie und Methodologie*. 3. Auflage. München: J. G. Cotta'schen Buchhandlung, 1860.

ASSER, Tobias Michael Carel. *Éléments de Droit International Privé ou du Conflit des Lois*. Paris: A. Rousseau, 1884.

AUSTRÁLIA. New South Wales Supreme Court. *FG Hemisphere Associates LLC v. Democratic Republic of Congo*. N. 2009/298610. Decided in November 1, 2010. Disponível em: <[https://arbitrationlaw.com/sites/default/files/free\\_pdfs/fg\\_hemisphere\\_associates\\_llc\\_v\\_democratic\\_republic\\_of\\_congo\\_2010\\_nswsc\\_1394.pdf](https://arbitrationlaw.com/sites/default/files/free_pdfs/fg_hemisphere_associates_llc_v_democratic_republic_of_congo_2010_nswsc_1394.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2019.

BANAKAR, Reza; TRAVERS, Max (Ed.). *Law and Social Theory*. 2. ed. Oxford: Hart, 2013.

BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Convenção para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos entre Estados e Nacionais de Outros Estados*. 1965. Disponível em: <<http://gddc.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-para-resolucao-de-diferendos-relativos-investimentos-entre-estados-e-naciona-0>>. Acesso em: 01 maio 2019.

BANCO MUNDIAL. World Bank Helps Liberia Slash Debt. Press Release from April 16, 2009. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/feature/2009/04/16/world-bank-helps-liberia-slash-debt>>. Acesso em: 01 maio 2019.

BANU, Roxana. *Nineteenth-Century Perspectives on Private International Law*. Oxford: Oxford University, 2018.

BARBOSA, Rui. *Oração aos Moços*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

BARTIN, Étienne Adolphe. *Études de Droit International Privé*. Paris: A. Chevalier-Marescq, 1899.

BARTOLUS. *On the Conflict of Laws*. Translated by Joseph Henry Beale. Cambridge: Cambridge University, 1914.

BASEDOW, Jürgen. The Gradual Emergence of European Private Law. *Ankara Law Review*, v. 1, n. 1, 2004.

BASEDOW, Jürgen; RÜHL, Gisela; FERRARI, Franco; ASENSIO, Pedro de Miguel (Eds.). *Encyclopedia of Private International Law*. Cheltenham: Edgar Elgar, 2017.

BATIFFOL, Henri. Le Pluralisme des Méthodes em Droit International Privé. *Recueil des Cours*, Tome 139, n. 2, 1973.

\_\_\_\_\_. *Traité Élémentaire de Droit International Privé*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudencia, 1949.

BATIFFOL, Henri; LAGARDE, Paul. *Traité de Droit International Privé*. 6. ed. Tome I. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1974.

BATTELLO CALDERÓN, Silvio Javier. *El Orden Público en el Derecho Internacional Privado del Mercosur*. Córdoba: Advocatus, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity, 2000.

\_\_\_\_\_. *Liquid Times: Living in an Age of Uncertainty*. Cambridge: Polity, 2007.

BECK, Ulrich. Living in the World Risk Society: A Hobhouse Memorial Public Lecture. *Economy and Society*, v. 35, n. 3, 2006.

\_\_\_\_\_. *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage, 1992.

BECKMANN, Jan P. Wilhelm von Ockham. 2. Auflage. München: C. H. Beck, 2010,

BELLEAU, Marie-Claire. Les *Juristes Inquiets*: Classicisme Juridique et Critique du Droit au Début du XX<sup>e</sup> Siècle en France. *Les Cahiers de Droit*, v. 40, n. 3, 1999.

BELLOMO, Manlio. *The Common Legal Past of Europe*. Translated by Lydia G. Cochrane. Washington: Catholic University of America, 1995.

BELOW, Georg von. *Die landständische Verfassung in Jülich und Berg bis zum Jahre 1511*: Eine verfassungsgeschichtliche Studie. Teil I. Düsseldorf: Voß, 1885.

\_\_\_\_\_. *Territorium und Stadt*: Aufsätze zur Deutschen Verfassungs-, Verwaltungs- und Wirtschaftsgeschichte. München: R. Oldenbourg, 1900.

BENTEKAS, Ilias; LUMINA, Cephas (Eds.). *Sovereign Debt and Human Rights*. Oxford: Oxford University, 2019.

BENTHAM, Jeremy. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Oxford: Clarendon, 1876.

BENTWICH, Norman. Recent Developments of the Principle of Domicile in English Law. *Recueil des Cours*, Tome 87, n. 1, 1955.

BERGLUND, Tom. Corporate Governance and Optimal Transparency. In: FORSSBÆCK, Jens; OXELHEIM, Lars (Eds.). *The Oxford Handbook of Economic and Institutional Transparency*. Oxford: Oxford University, 2015.

BERKOWITZ, Roger. *The Gift of Science: Leibniz and the Modern Legal Tradition*. Cambridge: Harvard University, 2005.

BERNSTORFF, Jochen von. Procedures of Decision-Making and the Role of Law in International Organizations. *German Law Journal*, v. 9, n. 11, 2008.

BESSION, Samantha. Whose Constitution(s)? International Law, Constitutionalism, and Democracy. In: DUNOFF, Jeffrey L.; TRACHTMAN, Joel P. (Eds.). *Ruling the World? Constitutionalism, International Law and Global Governance*. Cambridge: Cambridge University, 2009.

BEVILAQUA, Clovis. *Princípios Elementares de Direito Internacional Privado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1938.

BIAZI, Chiara Antonia Sofia Mafrica. A Importância de Hugo Grácio para o Direito. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS*, v. 11, n. 2, 2016.

BIONDI, Biondo. *Il Diritto Romano Cristiano*. Milano: Giuffrè, 1952.

BIRCH, Nicholas J.; SABAHI, Borzu; LAIRD, Ian. International Investment Law Regime and the Rule of Law as a Pre-Condition for International Development. In: WEILER, Todd; BAETENS, Freva (Eds.) *New Directions in International Economic Law*. Leiden: Martinus Nijhoff, 2011.

BISCHOFF-EVERDING, Peter. *Wettbewerbsrecht im MERCOSUR*. Baden-Baden: Nomos, 2003.

BLACK, Julia. Constructing and Contesting Legitimacy and Accountability in Polycentric Regulatory Regimes. *Regulation & Governance*, n. 2, 2008.

BLACKSTONE, William. *Commentaries on the Laws of England*. A Facsimile of the First Edition of 1765-1769. v. 4. Chicago: Chicago University, 1979.

BODIN, Jean. *On Sovereignty*. Four Chapters from The Six Books of the Commonwealth. Edited and Translated by Julian H. Franklin. Cambridge: Cambridge University, 1992.

BOGDANDY, Armin von; DANN, Philipp; GOLDMANN, Matthias. Developing the Publicness of Public International Law: Towards a Legal Framework for Global Governance Activities. *German Law Journal*, v. 9, n. 11, 2008.

BONOMI, Andrea. Overriding Mandatory Provisions in the Rome I Regulation on the Law Applicable to Contracts. *Yearbook of Private International Law*. v. X. Lausanne: Swiss Institute of Comparative Law, 2008.

BOTTIN, Francesco. La Scienza Secondo Guglielmo di Ockham. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). *A Ciência e a Organização dos Saberes na Idade Média*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BRASIL. Decreto 19.841, de 22 de outubro de 1945. Estatuto da Corte Internacional de Justiça (Anexo). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm)>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. AgRg no REsp 1077065. Relator Min. Humberto Martins. Julgado em 29 de novembro de 2017. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200801647288&dt\\_publicacao=16/09/2009](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200801647288&dt_publicacao=16/09/2009)>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. RO 26 (2003/0049144-3). Relator Min. Vasco della Giustina. Julgado em 20 de maio de 2010. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200300491443&dt\\_publicacao=07/06/2010](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200300491443&dt_publicacao=07/06/2010)>. Acesso em: 01 maio 2019.

BRATTON, William W.; MCCAHERY, Joseph A. The New Economics of Jurisdictional Competition: Devolutionary Federalism in a Second-Best World. *The Georgetown Law Journal*, v. 86, 1997.

BRAVO, Álvaro Sánchez; CERVI, Jacson Roberto (Orgs.). *Multiculturalismo, Tecnología y Medio Ambiente*. Madrid: Punto Rojo Libros, 2015.

BRUNDAGE, James A. *The Medieval Origins of the Legal Profession: Canonists, Civilians, and Courts*. Chicago: Chicago University, 2008.

BRUNNER, Heinrich. *Grundzüge der deutschen Rechtsgeschichte*. 3. Auflage. Leipzig: Duncker & Humblot, 1908.

BRUNNER, Otto. *Land and Lordship: Structures of Governance in Medieval Austria*. Translated by Howard Kaminsky and James Van Horn Melton. Philadelphia: University of Philadelphia, 1992.



\_\_\_\_\_. *Per una Nuova Storia Costituzionale e Sociale*. 2. ed. Traduzione di Pierangelo Schiera. Milano: Vita e Pensiero, 2000.

BRYCE, James. *The Holy Roman Empire*. 3. ed. London: Macmillan, 1871.

BUCHER, Andreas. *La Dimension Sociale du Droit International Privé: Cours Général*. Leiden: Martinus Nijhoff, 2010.

\_\_\_\_\_. L'Order Public et le But Social des Lois em Droit International Privé. *Recueil des Cours*, Tome 239, n. 2, 1993.

BUCKLAND, W. W.; MCNAIR, Arnold D. *Roman Law & Common Law: A Comparison in Outline*. 2. ed. Revised by F. H. Lawson. Cambridge: Cambridge University, 1952.

BURCKHARDT, Jacob. *Die Cultur der Renaissance*. 2. Auflage. Leipzig: Seemann, 1869.

BURGE, William. *Commentaries on Colonial and Foreign Laws*. New Edition under the general editorship of Alexander Wood Renton and George Grenville Phillimore. v. 1. London: Seet & Maxwell, 1907.

BUSCHMANN, Arno (Hrsg.). *Kaiser und Reich*. Klassische Texte zur Verfassungsgeschichte des Heiligen Römischen Reiches Deutscher Nation vom Beginn des 12. Jahrhunderts bis zum Jahre 1806. München: DTV, 1984.

CABRAL, Gustavo César Machado. *Direito Natural e Iluminismo no Direito Português do Final do Antigo Regime*. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

CAFAGGI, Fabrizio (Ed.). *The Institutional Framework of European Private Law*. Collected Courses of the Academy of European Law. Oxford: Oxford University, 2006.

CAIRNS, John W. Blackstone, and English Institutist: Legal Literature and the Rise of the Nation State. *Oxford Journal of Legal Studies*, v. 4, issue 3, 1984.

CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz (Coord.). *Enciclopédia Jurídica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

CANADA. Court of Appel for Ontario. Yaiguaje et al. v. Chevron. Decided in May 23, 2018. Disponível em: <<https://www.italaw.com/sites/default/files/case-documents/italaw1486.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2019.

CANNING, Joseph. *The Political Thought of Baldus de Ubaldis*. Cambridge: Cambridge University, 2002.

CANNIZZARO, Enzo. La Doctrine Italienne et le Développement du Droit International dans l'Après-Guerre: Entre Continuité et Discontinuité. *Annuaire Français de Droit International*, n. 50, 2004.

CARBALLO PIÑEIRO, Laura; KRAMER, Xandra. The Role of Private International Law in Contemporary Society: Global Governance as a Challenge. *Erasmus Law Review*, v. 7, n. 3, 2014.

CARONI, Pio. Savigny und die Kodifikation. *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte*. 86. Band. Weimar: Hermann Böhlaus, 1969.

CARRESE, Paul O. *The Cloaking of Power: Montesquieu, Blackstone, and the Rise of Judicial Activism*. Chicago: University of Chicago, 2003.

CASTELA. *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio, cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia*. Tomo I. Madrid: Imprenta Real, 1807.

CAZZETTA, Giovanni. Código Civil e Nação: do “Risorgimento” ao Ocaso do Estado Liberal. Tradução de Alfredo de J. Flores. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS*, v. 10, n. 1, 2015.

CHÉNON, Émile. *Histoire Générale du Droit Français Public et Privé*. Tome I. Paris: Société Anonyme du Recueil Sirey, 1926.

CHIASSONI, Pierluigi. *L’Indirizzo Analitico nella Filosofia del Diritto: Da Bentham a Kelsen*. Torino: G. Giappichelli, 2009.

COELHO, Inocêncio Mártires. A Defesa da Concorrência na Constituição de 1988. *Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial*, n. 70, 1994.

COING, Helmut. German “Pandektistik” in its Relationship to the Former “Ius Commune”. *The American Journal of Comparative Law*, v. 37, 1989.

COLOMBOS, C. John. La Conception du Droit International Privé d’après la Doctrine et la Pratique Britanniques. *Recueil des Cours*, Tome 36, n. 2, 1931.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. *História do Direito Português*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2005.

COURBE, Patrick. L'Ordre Public de Proximité. In: JOBARD-BACHELLIER, Marie-Noëlle; MAYER, Pierre (Eds.). *Le Droit International Privé: Esprit et Méthodes*. Mélanfes em l'Honneur de Paul Lagarde. Paris: Dalloz, 2005.

COUTO E SILVA, Almiro do. Romanismo e Germanismo no Código Civil Brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito UFRGS*, v. 13, 1997.

CRUZ, Guilherme Braga da. A Formação Histórica do Moderno Direito Privado Português e Brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito USP*, v. 50, 1955.

CUTLER, A. Claire. *Private Power and Global Authority: Transnational Merchant Law in the Global Political Economy*. Cambridge: Cambridge University, 2003.

CZAPLIŃSKI, Władysław; KLECZKOWSKA, Agata (Eds.). *Unrecognized Subjects of International Law*. Warsaw: Scholar Publishing House, 2019.

DAL RI JÚNIOR, Arno; VELOSO, Paulo Potiara de Alcântara; LIMA, Lucas Carlos (Orgs.). *A Formação da Ciência do Direito Internacional*. Ijuí: Unijuí, 2014.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Estado Democrático e Social de Direito. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz (Coord.). *Enciclopédia Jurídica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

DANE, Perry. Vested Rights, "Vestedness", and Choice of Law. *The Yale Law Journal*, v. 96, n. 6, 1987.

DANIELSEN, Dan. How Corporations Govern: Taking Corporate Power Seriously in Transnational Regulation and Governance. *Harvard International Law Journal*, v. 46, n. 2, 2005.

DE BOER, Th.M. Living Apart Together: The Relationship Between Public and Private International Law. *Netherlands International Law Review*, v. 57, issue 2, 2010.

DE BONI, Luis Alberto (Org.). *A Ciência e a Organização dos Saberes na Idade Média*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

DE NOVA, Rodolfo. Historical and Comparative Introduction to Conflict of Laws. *Recueil des Cours*, Tome 118, n. II, 1966.

\_\_\_\_\_. The First American Book on Conflict of Laws. *The American Journal of Legal History*, v. 8, issue 2, 1964.

DEL VECCHIO, Giorgio. *Filosofia del Derecho*. 6. ed. Revisada por Luis Legaz y Lacamba. Barcelona: Bosch, 1953.

DELIC, Ana. The Role of Comparative Law in the Development of Modern Private International Law (1750-1914). In: HULLE, Inge Van; LASAFFER, Randall (Eds.). *International Law in the Long Nineteenth Century (1776-1914)*. Leiden: Brill Nijhoff, 2019.

DICEY, A. V. *A Digest of the Law of England with Reference to the Conflict of Laws*. 2. ed. London: Stevens and Sons, 1908.

DICKINSON, John. *Administrative Justice and the Supremacy of Law in the United States*. Cambridge: Harvard University, 1927.

DIMOULIS, Dimitri. *Manual de Introdução ao Estudo do Direito*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

DODGE, William S. Breaking the Public Law Taboo. *Harvard International Law Journal*, v. 43, n. 1, 2002.

\_\_\_\_\_. Extraterritoriality and Conflicts-of-Laws Theory: An Argument for Judicial Unilateralism. *Harvard International Law Journal*, v. 39, n. 1, 1998.

DOLINGER, Jacob. *A Evolução da Ordem Pública no Direito Internacional Privado*. Rio de Janeiro: Luna, 1979.

\_\_\_\_\_. *Direito Internacional Privado*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

DORAL, Jose Antonio. *La Noción de Orden Público en el Derecho Civil Español*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1967.

DUNOFF, Jeffrey L.; TRACHTMAN, Joel P. A Functional Approach to International Constitutionalization. In: DUNOFF, Jeffrey L.; TRACHTMAN, Joel P. (Eds.). *Ruling the World? Constitutionalism, International Law and Global Governance*. Cambridge: Cambridge University, 2009.

DUNOFF, Jeffrey L.; TRACHTMAN, Joel P. (Eds.). *Ruling the World? Constitutionalism, International Law and Global Governance*. Cambridge: Cambridge University, 2009.

DUQUE, Marcelo Schenk. Fundamentação em torno da Chamada Drittwirkung dos Direitos Fundamentais. In: GRUNDMANN, Stefan; MENDES, Gilmar; MARQUES, Claudia Lima; BALDUS, Christian; MALHEIROS, Manuel (Orgs.). *Direito Privado, Constituição e Fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

DWORKIN, Ronald. *A Virtude Soberana: A Teoria e a Prática da Igualdade*. Tradução de Jussara Simões. Revisão de Cícero Araújo e Luiz Moreira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ECKHARDT, Karl August. *Sachsenspiegel Landrecht*. 2. Ausgabe. Gottingen: Musterschmidt, 1955.

EEK, Hilding. Peremptory Norms and Private International Law. *Recueil des Cours*, Tome 139, n. II, 1973.

EHRlich, Eugen. *Grundlegung der Soziologie des Rechts*. München: Duncker & Humblot, 1913.

ENGISCH, Karl. Introdução ao Pensamento Jurídico. 7. ed. Tradução de J. Baptista Machado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

ESPÍNOLA, Eduardo. *Elementos de Direito Internacional Privado*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1925.

ESPLUGUES MOTA, Carlos. A More Targeted Approach to Foreign Direct Investment: The Establishment of Screening Systems on National Security Grounds. *Revista de Direito Internacional*, v. 15, n. 2, 2018.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Foreign Sovereign Immunities Act of 1976. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20150627110441/http://usun.state.gov/documents/organization/218088.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Supreme Court of the United States. *Hilton v. Guyot*. *U.S. Reports*, v. 159, 1895, p. 163-164. Disponível em: <<http://cdn.loc.gov/service/ll/usrep/usrep159/usrep159113/usrep159113.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Supreme Court of the United States. *Jesner v. Arab Bank*. N. 16-499. Decided in April 24, 2018. Disponível em: <[https://www.supremecourt.gov/opinions/17pdf/16-499\\_1a7d.pdf](https://www.supremecourt.gov/opinions/17pdf/16-499_1a7d.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Supreme Court of the United States. *Kiobel v. Royal Dutch Petroleum*. N. 10-1491. Decided in April 17, 2013. Disponível em: <[https://www.supremecourt.gov/opinions/12pdf/10-1491\\_l6gn.pdf](https://www.supremecourt.gov/opinions/12pdf/10-1491_l6gn.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Supreme Court of the United States. *Republic of Argentina v. NML Capital, Ltd.* N. 12-842. Decided in June 16, 2014. Disponível em: <[https://www.supremecourt.gov/opinions/13pdf/12-842\\_5hdk.pdf](https://www.supremecourt.gov/opinions/13pdf/12-842_5hdk.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Supreme Court of the United States. *Republic of Argentina v. Weltover, Inc.* N. 91-763. Decided in June 12, 1992. Disponível em: <<https://supreme.justia.com/cases/federal/us/504/607/case.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States Court of Appeals for the District of Columbia Circuit. *FG Hemisphere Associates, LLC v. Democratic Republic of Congo*. N. 10-7040. N. 10-7046. Decided in March 15, 2011. Disponível em: <<https://casetext.com/case/fg-hemi-v-democratic-rep-of-congo>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States Court of Appeals for the District of Columbia Circuit. *John Doe VIII et al. v. Exxon Mobil Corporation et al.* N. 09-7125. Decided in July 8, 2011. Disponível em: <<https://law.justia.com/cases/federal/appellate-courts/cadc/09-7125/09-7125-1317431-2011-07-08.html>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States Court of Appeals for the Eleventh Circuit. *Sinaltrainal v. Coca Cola*. 578 F.3d 1252. N. 06-15851. Decided in August 11, 2009. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20110613100552/http://www.ca11.uscourts.gov/opinions/ops/200615851.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2019.



\_\_\_\_\_. United States Court of Appeals for the Fifth Circuit. FG Hemisphere Associates LLC v. République du Congo. N. 04-20965. N. 05-20042. Decided in July 10, 2006. Disponível em: <<https://caselaw.findlaw.com/us-5th-circuit/1339262.html>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States Court of Appeals for the Ninth Circuit. Bowoto v. Chevron Corporation. N. 09-15641. Decided in September 10, 2010. Disponível em: <<https://caselaw.findlaw.com/us-9th-circuit/1537748.html>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States Court of Appeals for the Ninth Circuit. Doe v. Unocal. 395 F.3d 932. N. 00-56603. N. 00-57197. N. 00-56628. N. 00-57195. Decided in September 18, 2002. Disponível em: <<https://openjurist.org/395/f3d/932>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States Court of Appeals for the Ninth Circuit. Sarei v. Rio Tinto, PLC. 456 F.3d 1069. N. 02-56256. N. 02-56390. Decided in August 7, 2006. Disponível em: <<https://casetext.com/case/sarei-v-rio-tinto-plc-3>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States Court of Appeals for the Ninth Circuit. Sarei v. Rio Tinto, PLC. 671 F.3d 736. N. 02-56256. N. 02-56390. N. 09-56381. Decided in October 25, 2006. Disponível em: <<https://www.leagle.com/decision/infco20111025150>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States Court of Appeals for the Second Circuit. Aguinda v. Texaco, Inc. 303 F.3d 470. N. 01-7556L. N. 01-7758C. Decided in August 16, 2002. Disponível em: <<https://casetext.com/case/aguinda-v-texaco-inc-4>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States Court of Appeals for the Second Circuit. Boimah Flomo et al. v. Firestone Natural Rubber Co. N. 10-3675. Decided in July 11, 2011. Disponível

em: <<https://caselaw.findlaw.com/us-7th-circuit/1573873.html>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States Court of Appeals for the Second Circuit. Flores v. Southern Peru Copper Corp. N. 02-9008. Decided in August 29, 2003. Disponível em: <<https://caselaw.findlaw.com/us-2nd-circuit/1036814.html>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States Court of Appeals for the Second Circuit. In re Union Carbide Corp Gas Plant Disaster. 809 F.2d 195. N. 86-7517. N. 86-7589. N. 86-7637. Decided in January 14, 1987. Disponível em: <<https://casetext.com/case/in-re-union-carbide-corp-gas-plant-disaster-2>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States Court of Appeals for the Second Circuit. Jesner v. Arab Bank. N. 13-3605. N. 13-3620. N. 13-3635. N. 13-4650. N. 13-4652. Decided in December 8, 2015. Disponível em: <<https://law.justia.com/cases/federal/appellate-courts/ca2/13-3605/13-3605-2015-12-08.html>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States Court of Appeals for the Second Circuit. Kiobel v. Royal Dutch Petroleum. N. 06-4800-cv. N. 06-4876-cv. Decided in September 17, 2010. Disponível em: <<https://www.eui.eu/Projects/CentreForJudicialCooperation/Documents/2012-05-25-26/201009USCourtofAppeal2ndCircuitKiobelvRoyalDutchPetroleum.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States Court of Appeals for the Second Circuit. NML Capital, Ltd. v. Republic of Argentina. N. 12-105(L) et al. Decided in August 23, 2013. Disponível em: <<https://law.justia.com/cases/federal/appellate-courts/ca2/12-105/12-105-2013-08-23.html>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States Court of Appeals for the Second Circuit. Presbyterian Church of Sudan v. Talisman Energy, Inc. N. 07-0016-cv. Decided in October 2, 2009. Disponível em: <<https://caselaw.findlaw.com/us-2nd-circuit/1499003.html>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States Court of Appeals for the Second Circuit. *Sequihua v. Texaco*. 847 F.Supp 61. N. 93-3432. Decided in January 27, 1994. Disponível em: <<https://law.justia.com/cases/federal/district-courts/FSupp/847/61/1403195/>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States District Court for the District of Columbia. *FG Hemisphere Associates, LLC. v. Democratic Republic of Congo*. N. 03-1314 (RJL). N. 03-1315 (RJL). Decided in March 19, 2009. Disponível em: <<https://www.leagle.com/decision/2009604603afsupp2d11604>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States District Court for the Northern District of California, Oakland Division. *Wang Xiaoning v. Yahoo!* N. C07-02151 CW. Second Amended Complaint, submitted July 30, 2007. Disponível em: <[https://web.archive.org/web/20110408061713/http://www.humanrightsusa.org/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=68&Itemid=80](https://web.archive.org/web/20110408061713/http://www.humanrightsusa.org/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=68&Itemid=80)>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States District Court for the Southern District of Florida, Miami Division. *Kpadeh v. Emmanuel*. 291 F.R.D. 687. N. 09-20050-CIV. Decided in August 25, 2009. Disponível em: <<https://cite.case.law/frd/261/687/>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States District Court for the Southern District of New York. *Chevron Corp. v. Donziger*. N. 11 Civ. 0691(LAK). Decided in March 7, 2011. Disponível em: <<https://www.leagle.com/decision/infdco20110308b28>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States District Court for the Southern District of New York. *Kensington International, Ltd. v. Republic of Congo*. N. 03 Civ. 4578(LAP). Decided in March 29, 2007. Disponível em: <<https://casetext.com/case/kensington-international-limited-v-republic-of-congo>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United States District Court for the Southern District of Texas, Corpus Christi Division. Flores v. Southern Peru Copper Corp. 965 F.Supp 899. N. C-95-495. Decided in January 18, 1996. Disponível em: <<https://casetext.com/case/torres-v-southern-peru-copper-corp>>. Acesso em: 01 maio 2019.

FACHIN, Luiz Edson; RUZYK, Carlos. Direitos Fundamentais, Dignidade da Pessoa Humana e o Novo Código Civil: Uma Análise Crítica. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

FARIA, José Eduardo. *O Estado e o Direito Depois da Crise*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FARIA, Werter R. *Direito da Concorrência e Contrato de Distribuição*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1992.

FASSÒ, Guido. *Historia de la Filosofía del Derecho*. 3. ed. v. 2. Traducción de José F. Lorca Navarrete. Madrid: Ediciones Pirámide, 1982.

FERNANDES, Camila Vicenci. *Imunidade de Jurisdição do Estado Estrangeiro: Novos Desafios em Relação às Violações de Direitos Humanos*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

FINKE, Jasper. Sovereign Immunity: Rule, Comity or Something Else? *The European Journal of International Law*, v. 21, n. 4, 2011.

FIORE, Pasquale. *Diritto Internazionale Privato: O Principii per Risolvere i Conflitti tra le Leggi Civili, Commerciali, Giudiziare, Penali di Stati Diversi*. 4. ed. Torino: Unione Tipografico, 1902.

FISCHER, Werner. *Georg Jellinks Anorganische Lehre in ihren Grundzügen als Rechtssystem Dargestellt*. Berlin: Springer, 1931.

FISHER-MUSE, John. Starving the Vultures: *NML Capital v. Republic of Argentina* and Solutions to the Problem of Distressed-Debt Funds. *California Law Review*, v. 102, n. 6, 2014.

FLEINER-GERSTER, Thomas. *Teoria Geral do Estado*. Tradução de Marlene Holzhausen. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FORSSBÆCK, Jens; OXELHEIM, Lars. The Multifaceted Concept of Transparency. In: FORSSBÆCK, Jens; OXELHEIM, Lars (Eds.). *The Oxford Handbook of Economic and Institutional Transparency*. Oxford: Oxford University, 2015.

FORSSBÆCK, Jens; OXELHEIM, Lars (Eds.). *The Oxford Handbook of Economic and Institutional Transparency*. Oxford: Oxford University, 2015.

FORTE, Umberto. *União Européia: Comunidade Econômica Européia. Direito das Comunidades Européias e Harmonização Fiscal*. São Paulo: Malheiros, 1994.

FRAGOSO JUNIOR, Silvio Brambila. Ordem Pública no Processo de Europeização da Parte Geral do Direito Internacional Privado. In: JAEGER JUNIOR, Augusto (Org.). *Europeização da parte geral do direito internacional privado: estudos sobre uma codificação do direito internacional privado da União Europeia através de um regulamento Roma Zero*. Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2016.

FRANÇA. Code Napoléon, Código Civil Francês, de 21 de março de 1804. Disponível em: <<http://www.assemblee-nationale.fr/evenements/code-civil-1804-1.asp>>. Acesso em: 01 maio 2019.

FRANKLIN, Otto. *Beiträge zur Geschichte der Reception des römischen Rechts in Deutschland*. Hannover: Carl Rümpler, 1863.

FRESNEDO DE AGUIRRE, Cecilia. *Curso de Derecho Internacional Privado*. Montevideo: FCU, 2009.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila. *Norma Imperativa: A Conexão dos Direito Humanos com o Direito Internacional Privado*. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

GAMILLSCHEG, Franz. *Der Einfluss Dumoulin's auf die Entwicklung des Kollisionsrechts*. Berlin: Walter de Gruyter, 1955.

GARCIA DEL CORRAL, D. Ildefonso L. *Cuerpo del Derecho Civil Romano*. Traducido al castellano del latino publicado por Kriegel, Hermann y Osenbrüggen. Primeira Parte. Tomo I. Barcelona: Jaime Molinas, 1889.

\_\_\_\_\_. *Cuerpo del Derecho Civil Romano*. Traducido al castellano del latino publicado por Kriegel, Hermann y Osenbrüggen. Segunda Parte. Tomo II. Barcelona: Jaime Molinas, 1892.

GARCÍA-SALMONES ROVIRA, Mónica. *The Project of Positivism in International Law*. Oxford: Oxford University, 2013.

GEHNE, Katja; BRILLO, Romulo. Stabilization Clauses in International Investment Law: Beyond Balancing and Fair and Equitable Treatment. In: TIETJE, Christian; KRAFT, Gerhard; KUMPAN, Christoph (Hrsg.). *Beiträge zum Transnationalen Wirtschaftsrecht*. Heft 143. Halle: Martin Luther Universität Halle-Wittenberg, 2017.

GUERRA FILHO, Willis Santiago; CARNIO, Henrique Garbellini. *Teoria Política do Direito: A Expansão Política do Direito*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

GIDDENS, Anthony. Risk and Responsibility. *The Modern Law Review*, v. 62, n. 1, 1999.

\_\_\_\_\_. *Runaway World: How Globalization is Reshaping our Lives*. New York: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity, 1996.

GILISSEN, John. Introdução Histórica ao Direito. 2. ed. Tradução de A. M. Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995.

GIOVANETTI, Giacomo. *Degli Statuti Novaresi*. Torino: Chirio e Mina, 1830.

GOLDSCHMIDT, Werner. *Sistema y Filosofía del Derecho Internacional Privado*. 2. ed. Tomo I. Buenos Aires: Europa-América, 1952.

GRAVESON, R. The Special Character of English Private International Law. *Nederlands Tijdschrift Voor Internationaal Recht*, v. 19, issue 1, 1972.

GRIFFITH-JONES, Stephany. International Financial Stability and Market Efficiency as a Global Public Good. In: KAUL, Inge; CONCEIÇÃO, Pedro; LE GOULVEN, Katell; MENDOZA, Ronald U. (Eds.). *Providing Public Goods: Managing Globalization*. New York: United Nations Development Programme, 2003.

GROSS, Leo. The Peace of Westphalia, 1648-1948. *The American Journal of International Law*, v. 42, n. 1, 1948.

GROSSI, Paolo. *L'Europa del Diritto*. Bari: Laterza, 2007.

\_\_\_\_\_. *L'Ordine Giuridico Medievale*. 9. ed. Roma-Bari: Laterza, 2002.

\_\_\_\_\_. *Mitologias Jurídicas da Modernidade*. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Boiteux, 2004

\_\_\_\_\_. *O Direito Entre Poder e Ordenamento*. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

GRUNDMANN, Stefan; BALDUS, Christian; DIAS, Rui; KIRSTE, Stephan; MARQUES, Claudia Lima; MENDES, Laura; VICENTE, Dario Moura (Hrsg.). *Autonomie im Recht*. Baden-Baden: Nomos, 2016.

GRUNDMANN, Stefan; MENDES, Gilmar; MARQUES, Claudia Lima; BALDUS, Christian; MALHEIROS, Manuel (Orgs.). *Direito Privado, Constituição e Fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

GUEDJ, Thomas G. The Theory of Lois de Police. A Functional Trend in Continental Private International Law. A Comparative Analysis with Modern American Theories. *The American Journal of Comparative Law*. v. 39, n. 4, 1991.

GUTZWILLER, Max. Le Développement Historique du Droit International Privé. *Recueil des Cours*, Tome 29, n. IV, 1929.

HABERMAS, Jürgen. *A Inclusão do Outro: Estudos de Teoria Política*. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Edições Loyola, 2002.



HACIOĞLU, Ümit; DINÇER, Hasan (Eds.). *Global Financial Crisis and Its Ramifications on Capital Markets: Opportunities and Threats in Volatile Economic Conditions*. Cham: Springer, 2017.

HAFERKAMP, Hans-Peter. Die Bedeutung von Rezeptionsdeutungen für die Rechtsquellenlehre zwischen 1800 und 1850. In: HAFERKAMP, Hans-Peter; REPGEN, Tilman (Hrsg.). *Usus modernus pandectarum: Römisches Recht, Deutsches Recht und Naturrecht in der Frühen Neuzeit*. Köln: Böhlau, 2007.

HAFERKAMP, Hans-Peter; REPGEN, Tilman (Hrsg.). *Usus modernus pandectarum: Römisches Recht, Deutsches Recht und Naturrecht in der Frühen Neuzeit*. Köln: Böhlau, 2007.

HAHN, Lewis Edwin (Ed.). *Perspectives on Habermas*. Chicago: Open Court, 2000.

HAMZA, Gábor. ¿Existió el Derecho Internacional Privado en el Imperio Romano? *Revista Boliviana de Derecho*, n. 08, 2009.

HART, H. L. A. *Essays on Bentham: Studies in Jurisprudence and Political Theory*. Oxford: Oxford University, 2001.

HARTMANN, Martin; OFFE, Claus (Hrsg.). *Vertrauen: Die Grundlage des sozialen Zusammenhalts*. Frankfurt: Campus, 2001.

HATZIMIHAL, Nikitas. Bartolus and the Conflict of Laws. *Revue Hellenique de Droit International*, v. 60, 2007.

\_\_\_\_\_. On Mapping the Conceptual Battlefield of Private International Law. *Hague Yearbook of International Law*, v. 13, 2000.

HENDERSON, Ernest F. (Ed.) *Selected Historical Documents of the Middle Ages*. London: George Bell and Sons, 1905.

HERRMANN, Günter. *Johan Nikolaus Hert und die Deutsche Statutenlehre*. Berlin: Walter de Gruyter, 1962.

HESPANHA, António Manuel. *A História do Direito na História Social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

\_\_\_\_\_. *Cultura Jurídica Europeia: Síntese de um Milénio*. 3. ed. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2003.

\_\_\_\_\_. Hugo Grotius. In: DAL RI JÚNIOR, Arno; VELOSO, Paulo Potiara de Alcântara; LIMA, Lucas Carlos (Orgs.). *A Formação da Ciência do Direito Internacional*. Ijuí: Unijuí, 2014.

\_\_\_\_\_. *O Caleidoscópio do Direito: O Direito e a Justiça nos Dias e no Mundo de Hoje*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2009.

\_\_\_\_\_. *Pluralismo Jurídico e Direito Democrático*. São Paulo: Annablume, 2013.

HIRSE, Thomas. *Die Ausweichklausel im Internationalen Privatrecht*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2006, p. 142.

HOEFLICH, M. H. *Roman and Civil Law and the Development of Anglo-American Jurisprudence in the Nineteenth Century*. Athens: University of Georgia, 1997.

HOFFMANN, Bernd von; THORN, Karsten. *Internationales Privatrecht*. 9. Auflage. München: C. H. Beck, 2007.

HOLLAND, Thomas Erskine. *The Elements of Jurisprudence*. 12. ed. Oxford: Clarendon, 1916.

HONG KONG. Court of Final Appeal of the Hong Kong Special Administrative Region. Final Appeal Nos. 5, 6, & 7 of 2010 (Civil). Decided in June 8, 2011. Disponível em: <[http://arbitrationlaw.com/files/free\\_pdfs/congo\\_et\\_al\\_v\\_fg\\_hemisphere\\_associates\\_llc\\_facv\\_no\\_5-7\\_of\\_2010.pdf](http://arbitrationlaw.com/files/free_pdfs/congo_et_al_v_fg_hemisphere_associates_llc_facv_no_5-7_of_2010.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2019.

HOPKINS, A. G. The History of Globalization – and the Globalization of History? In: HOPKINS, A. G. (Ed.). *Globalization in World History*. London: Pimlico, 2002.

HOPKINS, A. G. (Ed.). *Globalization in World History*. London: Pimlico, 2002.

HUEBNER, Rudolf. *A History of Germanic Private Law*. Translated by Francis S. Philbrick. Boston: Little, Brown, and Company, 1918.

HULLE, Inge Van; LASAFFER, Randall (Eds.). *International Law in the Long Nineteenth Century (1776-1914)*. Leiden: Brill Nijhoff, 2019.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. Asylum (Haya de la Torre). Colombia v. Peru. Judgment of November 20, 1950. Disponível em: <<https://www.icj-cij.org/en/case/7/judgments>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Case Concerning the Barcelona Traction, Light and Power Company, Limited. Belgium v. Spain. Second Phase. Judgment of February 5, 1970. Disponível em: <<https://www.icj-cij.org/en/case/50/judgments>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Nottebohm Case. (Lichtenstein v. Guatemala. Second Phase. Judgment of April 6, 1955. Disponível em: <<https://www.icj-cij.org/en/case/18/judgments>>. Acesso em: 01 maio 2019.

JAEGER JUNIOR, Augusto. Europeização da Parte Geral do Direito Internacional Privado: Recentes Intercorrências no Caminho de um Regulamento Roma Zero. In: JAEGER JUNIOR, Augusto (Org.). *Europeização da Parte Geral do Direito Internacional Privado: Estudos sobre uma Futura Codificação da Parte Geral do Direito Internacional Privado no Nível da União Europeia através de um chamado Regulamento Roma Zero*. Porto Alegre: RJR, 2016.

\_\_\_\_\_. *Europeização do Direito Internacional Privado: Caráter Universal da Lei Aplicável e Outros Contrastes com o Ordenamento Jurídico Brasileiro*. Curitiba: Juruá, 2012.

\_\_\_\_\_. *Liberdade de Concorrência na União Européia e no Mercosul*. São Paulo: LTr, 2006.

\_\_\_\_\_. Perspectivas de uma Europeização da Parte Geral do Direito Internacional Privado: Um Regulamento Roma Zero. In: MENEZES, Wagner; ANUNCIACÃO, Clodoaldo Silva da; VIEIRA, Gustavo Menezes (Orgs.). *Direito Internacional em Expansão*. v. 3. Belo Horizonte: Arraes, 2014.

\_\_\_\_\_. *Temas de Direito da Integração e Comunitário*. São Paulo: LTr, 2002.

JAEGER JUNIOR, Augusto (Org.). *Europeização da Parte Geral do Direito Internacional Privado: Estudos sobre uma Futura Codificação da Parte Geral do Direito Internacional Privado no Nível da União Europeia através de um chamado Regulamento Roma Zero*. Porto Alegre: RJR, 2016.

JAYME, Erik. *Internationales Privatrecht und Völkerrecht*. Heidelberg: C. F. Müller, 2003.

\_\_\_\_\_. JAYME Erik. Völkerrecht und Internationales Privatrecht: Eine entwicklungsgeschichtliche Betrachtung. In: LEIBL, Stefan; RUFFERT, Matthias (Hrsg.). *Völkerrecht und IPR*. Jena: Jenaer Wissenschaftliche Verlagsgesellschaft, 2006.

JELLINEK, Georg. *Allgemeine Staatslehre*. 3. Auflage. Berlin: O. Häring, 1914.

JOBARD-BACHELLIER, Marie-Noëlle; MAYER, Pierre (Eds.). *Le Droit International Privé: Esprit et Méthodes*. Mélanfes em l'Honneur de Paul Lagarde. Paris: Dalloz, 2005.

JOERGES, Christian. The Challenges of Europeanization in the Realm of Private Law: A Plea for a new Legal Discipline. *Duke Journal of Comparative & International Law*, v. 14, 2004.

JOLOWICZ, Herbert Felix. *Roman Foundations of Modern Law*. Oxford: Clarendon, 1957.

JOSEPH, Sarah. *Corporations and Transnational Human Rights Litigation*. Oxford: Hart, 2004.

JUENGER, Friedrich K. General Course on Private International Law. *Recueil des Cours*, Tome 193, n. 4, 1986.

KAHN, Franz. Gesetzeskollisionen. Ein Beitrag zur Lehre des internationalen Privatrechts. *Jahrbücher für die Dogmatik des heutigen römischen und deutschen Privatrechts*. 30. Band. Jena: Gustav Fischer, 1891.

KAHN, Franz Michael; LENEL, Otto; LEWALD, Hans. *Abhandlungen zum Internationalen Privatrecht*. München: Duncker & Humblot, 1928.

KALENSKY, Pavel. *Trends of Private International Law*. Leiden: Martinus Nijhoff, 1971.

KALMO, Hent; SKINNER, Quentin (Eds.). *Sovereignty in Fragments: The Past, Present and Future of a Contested Concept*. Cambridge: Cambridge University, 2010.

KANTOROWICZ, Hermann U. Volksgeist und historische Rechtschule. *Historische Zeitschrift*. 2. Band. 3. Folge. München: R. Oldenbourg, 1912.

KAREN, Alter. Tipping the Balance: International Courts and the Construction of International and Domestic Politics. *Cambridge Yearbook of European Legal Studies*, v. 13, 2011.

KAUFMANN, Arthur. A Problemática da Filosofia do Direito ao Longo da História. In: KAUFMANN, Arthur; HASSEMER, Winfred (Orgs.). *Introdução à Filosofia do Direito e à Teoria do Direito Contemporâneas*. Tradução de Marcos Keel e Manuel Seca de Oliveira. Revisão de António Manuel Hespanha. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002.

KAUFMANN, Arthur; HASSEMER, Winfred (Orgs.). *Introdução à Filosofia do Direito e à Teoria do Direito Contemporâneas*. Tradução de Marcos Keel e Manuel Seca de Oliveira. Revisão de António Manuel Hespanha. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002.

KAUFMANN, Matthias. *Begriffe, Sätze, Dinge: Referenz und Wahrheit bei Wilhelm von Ockham*. Leiden: E. J. Brill, 1994.

KAUL, Inge; CONCEIÇÃO, Pedro; LE GOULVEN, Katell; MENDOZA, Ronald U. (Eds.). *Providing Global Goods: Managing Globalization*. New York: United Nations Development Programme, 2003.

KAUL, Inge; GRUNBERG, Isabelle; STERN, Marc A. *Global Public Goods: International Cooperation in the 21<sup>st</sup> Century*. Oxford: Oxford University, 1999.

KEGEL, Gerhard. Henri Batiffol zum 80. Geburtstag am 16. Februar 1985. *Rabels Zeitschrift für ausländisches und internationales Privatrecht*, 49. Jahrgang, Heft 1, 1985.

\_\_\_\_\_. Story and Savigny. *The American Journal of Comparative Law*, v. 37, 1989.

\_\_\_\_\_. The Crisis of Conflict of Laws. *Recueil des Cours*, Tome 112, n. 2, 1964.

KEGEL, Gerhard; SCHURIG, Klaus. *Internationales Privatrecht*. 9. Auflage. München: C. H. Beck, 2004.

KENNEDY, David W. Primitive Legal Scholarship. *Harvard International Law Journal*, v. 27, n. 1, 1986.

KENNEDY, Duncan. Legal Formalism. In: SMELSER, Neil J.; BALTES, Paul B. (Eds.). *Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. v. 13. Amsterdam: Elsevier, 2001.

\_\_\_\_\_. Three Globalizations of Law and Legal Thought: 1850-2000. In: TRUBEK, David M.; SANTOS, Alvaro (Eds.). *The New Law and Economic Development: A Critical Appraisal*. Cambridge: Cambridge University, 2006.

KERSTEN, Jens. *Georg Jellinek und die klassische Staatslehre*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2000.

KIESTRA, Louwrens R. *The Impact of the European Convention on Human Rights on Private International Law*. The Hague: T. M. C. Asser, 2014.

KIMMEL, Michael S. *Absolutism and Its Discontents: State and Society in Seventeenth-Century France and England*. New Brunswick: Transaction Books, 1988.

KING, Preston. *The Ideology of Order: A Comparative Analysis of Jean Bodin and Thomas Hobbes*. 2. ed. Abingdon: Routledge, 2013.

KIPP, Theodor. *Geschichte der Quellen des römischen Rechts*. 2. Auflage. Leipzig: A. Deichert, 1903.

KJAER, Poul F.; TEUBNER, Gunther; FEBBRAJO, Alberto (Eds.). *The Financial Crisis in Constitutional Perspective*. Oxford: Hart, 2011.

KNUDSON, James. The Influence of the German Concepts of *Volkgeist* and *Zeitgeist* on the Thought and Jurisprudence of Oliver Wendell Holmes. *Journal of Transnational Law & Policy*, v. 11, n. 2, 2002.

KOHEN, Marcelo; BENTOLILA, Dolores (Eds.). *Melanges en l'Honneur du Professeur Jean-Michel Jacquet*. Paris: Lexis Nexis, 2013.

KOHLER, Christian. L'Autonomie de la Volonté en Droit International Privé: Un Principe Universel entre Liberalisme et Étatisme. *Recueil des Cours*, Tome 359, 2013.

KOSCHAKER, Paul. *Europa y el Derecho Romano*. Traducción de Jose Santa Cruz Teijeiro. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1955.



KOSKENNIEMI, Martti. Sovereignty, Property and Empire: Early Modern English Contexts. *Theoretical Inquiries in Law*, v. 18, issue 2, 2017.

\_\_\_\_\_. *The Politics of International Law*. Oxford: Hart, 2011.

KOTULLA, Michael. *Deutsche Verfassungsgeschichte: Vom Alten Reich bis Weimar (1495-1934)*. Berlin: Springer, 2008.

KRAMPE, Christoph. Privatrecht. *Staatslexikon*. Herausgegeben von der Görres-Gesellschaft. 7. Auflage. 4. Band. Freiburg: Herder, 1988.

KRASNER, Stephen D. The Durability of Organized Hypocrisy. In: KALMO, Hent; SKINNER, Quentin (Eds.). *Sovereignty in Fragments: The Past, Present and Future of a Contested Concept*. Cambridge: Cambridge University, 2010.

KROPHOLLER, Jan. *Internationales Privatrecht*. 6. Auflage. Tübingen: Mohr Siebeck, 2006.

KUIPERS, Jan-Jaap. *EU Law and Private International Law: The Interrelationship in Contractual Obligations*. Leiden: Matinus Nijhoff, 2012.

KUHN, Arthur K. La Conception du Droit International Privé d'après la Doctrine et la Pratique aux États-Unis. *Recueil des Cours*, Tome 21, n. 1, 1928.

KUMM, Mattias. The Cosmopolitan Turn in Constitutionalism: On the Relationship between Constitutionalism in and beyond the State. In: DUNOFF, Jeffrey L.; TRACHTMAN, Joel P. (Eds.). *Ruling the World? Constitutionalism, International Law and Global Governance*. Cambridge: Cambridge University, 2009.

KUNISCH, Johannes. Staatsbildung als Gesetzgebungsproblem. Zum Verfassungscharakter frühneuzeitlicher Sukzessionsordnungen. In: WILLOWEIT, Dietmar (Red.). *Gesetzgebung als Faktor der Staatsentwicklung*. Berlin: Duncker & Humblot, 1984.

KUNKEL, Wolfgang. Das römische Recht am Vorabend der Rezeption. *L'Europa e il Diritto Romano, Studi in Memoria di Paolo Koschaker*. v. 1. Milano: Dott. A. Giuffrè, 1954.

LABAND, Paul. *Rede über die Bedeutung der Rezeption des römischen Rechts für das Deutsche Staatsrecht*. Strassburg: J. H. Ed. Heitz, 1880.

LAINÉ, Armand. *Introduction au Droit International Privé*. Tome I. Paris: F. Pichon, 1888.

LAMBERG, Gisbert. *Die kollisionsrechtliche Lehre von Franz Kahn (1861-1904)*. Göttingen: Georg-August-Universität zu Göttingen, 1975.

LANG, Mark; MAFFETT, Mark. *Economic Effects of Transparency in International Equity Markets*. Boston: Now, 2011.

LARENZ, Karl. *Metodologia da Ciência do Direito*. 3. ed. Tradução de José Lamego. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

LAURENT, François. *Droit Civil International*. Tome I. Bruxelles: Bruylant-Christophe, 1880.

LE FUR, Louis. La Théorie du Droit Naturel Depuis le XVIII Siècle et la Doctrine Moderne. *Recueil des Cours*, Tome 18, n. 3, 1927.

LEIBLE, Stefan (Ed.). *General Principles of European Private International Law*. Alphen aan den Rijn: Wolters Kluwer, 2016.

LEIBLE, Stefan; RUFFERT, Matthias (Hrsg.). *Völkerrecht und IPR*. Jena: Jenaer Wissenschaftliche Verlagsgesellschaft, 2006.

LEMAIRE, Sophie. La Mystérieuse 'Umbrella Clause' (Interrogations sur l'Impact de la Clause de Respect des Engagements sur l'Arbitrage en Matière d'Investissements. *Revue de l'Arbitrage*, n. 3, 2009.

LENGAUER, Alina-Maria. *Drittwirkung von Grundfreiheiten*. Wien: Springer, 2011.

LEPARD, Brian D. *Customary International Law: a new theory with practical applications*. Cambridge: Cambridge University, 2010.

LIAKOPOULOS, Dimitris. Interactions Between European Court of Human Rights and Private International Law of European Union. *Cuadernos de Derecho Transnacional*, v. 10, n. 1, 2018.

LIMA, Rui Cirne. *Princípios de Direito Administrativo*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

LIMA, Sérgio Mourão Corrêa. *Tratados Internacionais no Brasil e Integração*. São Paulo: LTR, 1998.

LIPPING, Jüri. Sovereignty beyond the State. In: KALMO, Hent; SKINNER, Quentin (Eds.). *Sovereignty in Fragments: The Past, Present and Future of a Contested Concept*. Cambridge: Cambridge University, 2010.

LIPSTEIN, K. *Principles of the Conflict of Laws National and International*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1981.

LLOYD, Howelll A. *Jean Bodin: 'This Pre-Eminent Man of France. An Intellectual Biography*. Oxford: Oxford University, 2017.

LO SCHIAVO, Gianni. *The Role of Financial Stability in EU Law and Policy*. European Monographs. Alphen aan den Rijn: Wolters Kluwer, 2017.

LORD MANSFIELD. Holman v. Johnson (1775). *98 Eng. Rep.*, 1378-1865, 1. COWP. 341, p. 1121. Disponível em: < <http://uniset.ca/other/cs6/98ER1120.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2019.

LORENZEN, Ernest G. Story's Commentaries on the Conflict of Laws – One Hundred Years After. *Harvard Law Review*, v. 48, 1934.

LÜDERITZ, Alexander. Gerhard Kegel und das Deutsche internationale Privatrecht. *Rabels Zeitschrift für ausländisches und internationales Privatrecht*, 46. Jahrgang, Heft 3, 1982.

LUHMANN, Niklas. *Risk: A Sociological Theory*. New York: Aldine de Gruyter, 1993.

\_\_\_\_\_. *Vertrauen: Ein Mechanismus der Reduktion sozialer Komplexität*. 5. Auflage. Konstanz: UVK, 2014.

\_\_\_\_\_. Vertrautheit, Zuversicht, Vertrauen. Probleme und Alternativen. In: HARTMANN, Martin; OFFE, Claus (Hrsg.). *Vertrauen: Die Grundlage des sozialen Zusammenhalts*. Frankfurt: Campus, 2001.

LUIG, Klaus. *Römisches Recht. Naturrecht. Nationales Recht*. Goldbach: Keip, 1998.

LUMINA, Cephias. Curbing 'Vulture Fund' Litigation. In: BENTEKAS, Ilias; LUMINA, Cephias (Eds.). *Sovereign Debt and Human Rights*. Oxford: Oxford University, 2019.

LYBECK, Johan A. *A Global History of the Financial Crash of 2007-2010*. Cambridge: Cambridge University, 2011.

MACHADO VILELA, Álvaro da Costa. *Tratado Elementar (Teórico e Prático) de Direito Internacional Privado*. Livro II. Coimbra: Coimbra, 1922.

MALASPINA, Elisabetta Fiocchi. *L'Eterno Ritorno del Doit des Gens di Emer de Vattel (secc. XVIII-XIX)*. Frankfurt am Main: Max Planck Institute for European Legal History, 2017.

MANCINI, Pasquale Stanislao. *Della Nazionalità come Fondamento del Diritto delle Genti*. Torino: Eredi Botta, 1851.

MANCUSO, Francesco. Emmerich de Vattel. In: DAL RI JÚNIOR, Arno; VELOSO, Paulo Potiara de Alcântara; LIMA, Lucas Carlos (Orgs.). *A Formação da Ciência do Direito Internacional*. Ijuí: Unijuí, 2014.

MANZO, Alejandro Gabriel. Enforceability of Judgments Against Sovereign States: Critical Analysis of the NML vs. Argentina Injunction. *Revista Direito GV*, v. 14, n. 2, 2018.

MARQUES, Claudia Lima. Cem Anos de Código Civil Alemão: O BGB de 1896 e o Código Civil Brasileiro de 1916. *Revista da Faculdade de Direito UFRGS*, v. 13, 1997.

\_\_\_\_\_. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARQUES, Claudia Lima; JACQUES, Daniela Corrêa. Normas de Aplicação Imediata como um Método para o Direito Internacional Privado de Proteção do Consumidor no Brasil. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS*, v. 1, 2004.

MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. Autonomia dos Vulneráveis no Direito Privado Brasileiro. In: GRUNDMANN, Stefan; BALDUS, Christian; DIAS, Rui; KIRSTE, Stephan; MARQUES, Claudia Lima; MENDES, Laura; VICENTE, Dario Moura (Hrsg.). *Autonomie im Recht*. Baden-Baden: Nomos, 2016.

MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *O Novo Direito Privado e a Proteção dos Vulneráveis*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MASSAU, Guilherme Camargo. Usus Modernus Pandectarum. *Razão e Fé*, v. 13, n. 1, 2011.

MAY, Christopher. Who's in Charge? Corporations as Institutions of Global Governance. *Palgrave Communications*, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/palcomms201542>>. Acesso em: 01 maio 2019.

MAY, Tim. The Discontented Epoch: Freedom and Security in Bauman's Postmodernity. *Theory, Culture and Society*, v. 15, n. 1, 1998.

MAYER, Pierre. La Neutralisation du Pouvoir Normatif de l'Etat en Matière de Contrats d'Etat. *Journal du Droit International*, n. 1, 1986.

MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. 21. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

MEEUSEN, Johan. Instrumentalisation of Private International Law in the European Union: Towards a European Conflicts Revolution? *European Journal of Migration and Law*, n. 9, 2007.

MEIJERS, Eduard M. L'Histoire des Principes Fondamentaux du Droit International Privé a partir Moyen Age. *Recueil des Cours*, Tome 49, n. III, 1934.

MEILI, F. Die theoretischen Abhandlungen von Bartolus und Baldus über das internationale Privat- und Strafrecht. *Zeitschrift für internationales Privat- und Strafrecht*, herausgegeben von Ferdinand Böhm, 4. Band, Leipzig: Duncker & Humblot, 1894.

\_\_\_\_\_. *Geschichte und System des internationales Privatrechts im Grundriss*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1892.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MENEZES, Wagner; ANUNCIACÃO, Clodoaldo Silva da; VIEIRA, Gustavo Menezes (Orgs.). *Direito Internacional em Expansão*. v. 3. Belo Horizonte: Arraes, 2014.

MICHAELS, Ralf. Globalisation and Law: Law beyond the State. In: BANAKAR, Reza; TRAVERS, Max (Ed.). *Law and Social Theory*. 2. ed. Oxford: Hart, 2013.

\_\_\_\_\_. Joseph Story. In: BASEDOW, Jürgen; RÜHL, Gisela; FERRARI, Franco; ASENSIO, Pedro de Miguel (Eds.). *Encyclopedia of Private International Law*. Cheltenham: Edgar Elgar, 2017. Disponível em: <[https://scholarship.law.duke.edu/faculty\\_scholarship/3701/](https://scholarship.law.duke.edu/faculty_scholarship/3701/)>. Acesso em: 05 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Public and Private International Law: German Views on Global Issues. *Journal of Private International Law*, v. 4, n. 1, 2008.

\_\_\_\_\_. Wächter, Carl Georg von. In: BASEDOW, Jürgen; RÜHL, Gisela; FERRARI, Franco; ASENSIO, Pedro de Miguel (Eds.). *Encyclopedia of Private International Law*. Cheltenham: Edgar Elgar, 2017. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/311409999\\_Wachter\\_Carl\\_Georg\\_von](https://www.researchgate.net/publication/311409999_Wachter_Carl_Georg_von)>. Acesso em: 05 nov. 2019.

MILANO, Enrico. Recognition (and Non-Recognition) of Non-State Actors. In: CZAPLIŃSKI, Władysław; KLECZKOWSKA, Agata (Eds.). *Unrecognized Subjects of International Law*. Warsaw: Scholar Publishing House, 2019.

MILKER, John. *The Political Power of Global Corporations*. Cambridge: Polity, 2018.

MILLS, Alex. The Private History of International Law. *The International and Comparative Law Quarterly*, v. 55, n. 1, 2006.

MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. Tomo IV. Coimbra: Coimbra, 2000.

MODDERMAN, Wiardus. *Die Reception des römischen Rechts*. Übersetzung von Karl Schulz. Jena: Hermann Dufft, 1875.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*. Livro Terceiro. 2. ed. Tradução de Sérgio Milliet. Brasília: Universidade de Brasília, 1987.

MONTIEL ALVAREZ, Alejandro; TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski; FELONIUK, Wagner Silveira (Orgs.). *Perspectivas do Discurso Jurídico: Argumentação, Hermenêutica e Cultura*. Porto Alegre: DM, 2015.



MOROSINI, Fabio; BADIN, Michelle Ratton Sanchez (Eds.). *Reconceptualizing International Investment Law from the Global South*. Oxford: Oxford University, 2019.

MORTIMORE, Michael. *International Arbitration Based on Investor-State Dispute Settlement Clauses in International Investment Agreements: Challenges for Latin America and the Caribbean*. Santiago: United Nations, 2010.

MOSCONI, Franco. Exceptions to the Operation of Choice of Law Rules. *Recueil des Cours*, Tome 217, n. V, 1989.

MOURA RAMOS, Rui Manuel. *Estudos de Direito Internacional Privado da União Europeia*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016.

MURPHY, Kent. The Traditional View of Public Policy and Order Public in Private International Law. *Georgia Journal of International and Comparative Law*, v. 11, n. 3, 1981.

MUTHER, Theodor. *Römisches und kanonisches Recht im deutschen Mittelalter*. Rostock: Ernst Kuhn, 1871.

NEIDHARDT, Alberto Horst. *The Transformation of European Private International Law: A Genealogy of the Family Anomaly*. Thesis (Doctor of Laws) – Department of Law, European University Institute, Florence, 2018.

NEUMEYER, Karl. *Die gemeinrechtliche Entwicklung des internationalen Privat- und Strafrechts bis Bartolus*. Erstes Stück. München: J. Schweitzer, 1901.

NEWMYER, R. Kent. *Supreme Court Justice Joseph Story: Statesman of the Old Republic*. Chapel Hill: University of North Carolina, 1986.

NIBOYET, J. P. *Cours de Droit International Privé Français*. 2. ed. Paris: Sirey, 1949.

NIFOSI-SUTTON, Ingrid. *Vulnerable Groups under International Human Rights Law*. London: Routledge, 2017.

NORTH, P. M.; FAWCETT, J. J. *Cheshire and North's Private International Law*. London: Butterworths, 1992.

NYGH, Peter. The Reasonable Expectations of the Parties as a Guide to the Choice of Law in Contract and in Tort. *Recueil des Cours*, Tome 251, 1995.

\_\_\_\_\_. The Reception of Domicil into English Private International Law. *University of Tasmania Law Review*, v. 1, n. 4, 1961.

O'CONNELL, D. P. The Rational Foundations of International Law: Francisco Suarez and the Concept of Jus Gentium. *Sydney Law Review*, v. 2, 1957.

OBERMAN, Heiko A. Via Antiqua and Via Moderna: Late Medieval Prolegomena to Early Reformation Thought. *Journal of the History of Ideas*, v. 48, n. 1, 1987.

OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebíades de; SOUZA, Leonardo da Rocha de. Multiculturalismo e Meio Ambiente: Uma Proposta de Inclusão do Outro a partir da Teoria do Discurso de Habermas. In: BRAVO, Álvaro Sánchez; CERVI, Jacson Roberto. *Multiculturalismo, Tecnología y Medio Ambiente*. Madrid: Punto Rojo Libros, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. International Court of Justice. Netherlands v. Sweden. Application of the Convention of 1902 Governing the Guardianship of Infants. Judgment of 28 November 1958. Disponível em: <<https://www.icj-cij.org/en/case/33>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. International Court of Justice. The Argentine Republic seeks to institute proceedings against the United States of America before the International Court of Justice. It requests US to accept the Court's jurisdiction. Press release from August 7, 2014. Disponível em: <<https://www.icj-cij.org/files/press-releases/4/18354.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Human Rights Council. Draft Progress Report on the Activities of Vulture Funds and the Impact on Human Rights. A/HRC/AC/16/CRP.1. February 15, 2016. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/AdvisoryCommittee/Pages/VultureFunds.aspx>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Human Rights Council. Report of Human Rights Council Advisory Committee in the Activities of Vulture Funds and the Impact on Human Rights. A/HRC/33/54. July 20, 2016. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/AdvisoryCommittee/Pages/VultureFunds.aspx>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. United Nations Development Reports. Human Development Index. 2018. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/COD>>. Acesso em: 01 maio 2019.

ORREGO VICUÑA, Francisco. Individuals and Non-State Entities before International Courts and Tribunals. *Max Planck Yearbook of United Nations Law*, v. 5, 2001.

OSGOOD, Russell K. Supreme Court Justice Joseph Story. *Cornell Law Review*, v. 71, issue 3, 1986.

PAK, Milan. *Die Parteiautonomie in internationalen Kaufverträgen*. Dordrecht: Springer, 1967.

PARRA-ARANGUREN, Gonzalo. General Course of Private International Law: selected problems. *Recueil des Cours*, Tome 210, n. III, 1988.

PAUL, Joel R. The Isolation of Private International Law. *Wisconsin International Law Journal*, v. 7, n. 1, 1988.

\_\_\_\_\_. The Transformation of International Comity. *Law and Contemporary Problems*, v. 71, n. 3, 2008.

PEREIRA, José Edgard Amorim. A Doutrina Holandesa “Comitas Gentium”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, n. 3, 1963.

PEREZNIETO CASTRO, Leonel. La Tradition Territorialiste en Droit International Privé dans les Pays d’Amérique Latine. *Recueil des Cours*, Tome 190, n. I, 1985.

PERMANENT COURT OF ARBITRATION. Chevron Corporation and Texaco Petroleum Company v. The Republic of Ecuador. N. 2009-23. Claimants’ Notice of Arbitration. September 23, 2009. Disponível em:  
<[https://www.italaw.com/sites/default/files/case-documents/ita0155\\_0.pdf](https://www.italaw.com/sites/default/files/case-documents/ita0155_0.pdf)>.  
Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Chevron Corporation and Texaco Petroleum Company v. The Republic of Ecuador. N. 2009-23. Order for Interim Measures. February 9, 2011. Disponível em:  
<<https://www.italaw.com/sites/default/files/case-documents/ita0167.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Chevron Corporation and Texaco Petroleum Company v. The Republic of Ecuador. N. 2009-23. Second Partial Award on Track II. August 30, 2018. Disponível em:  
<[https://www.italaw.com/sites/default/files/case-documents/ita0155\\_0.pdf](https://www.italaw.com/sites/default/files/case-documents/ita0155_0.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2019.

PHILLIMORE, Robert. *The Law of Domicil*. London: William Benning, 1847.

PILLET, Antoine. *De L'Orde Public en Droit International Privé*. Grenoble: F. Allier père et fils, 1890.

PICONE, Paolo. Les Méthodes de Cooodination entre Ordres Juridiques en Droit International Privé: Cours Général de Droit International Privé. *Recueil des Cours*, Tome 276, 1999.

PLUCKNETT, Theodore F. T. *Concise History of the Common Law*. 4. ed. London: Butterworth, 1948.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1 de 1969*. 2. ed. Tomo 4. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1974.

POSCH, Willibald. *Bürgerliches Recht*. 5. Auflage. Band VII. Internationales Privatrecht. Wien: Springer, 2010.

POSTEMA, Gerald J. *Bentham and the Common Law Tradition*. 2. ed. Oxford: Oxford University, 2019.

POUND, Roscoe. *Jurisprudence*. v. 2. St. Paul: West Publishing, 1959.

\_\_\_\_\_. *Jurisprudence*. v. 3. St. Paul: West Publishing, 1959.

PREST, Wilfrid. *William Blackstone: Law and Letters in the Eighteenth Century*. Oxford: Oxford University, 2008.

QUADRI, Rolando. *Studi Critici di Diritto Internazionale: Diritto Internazionale Privato*. Milano: Giuffrè, 1958.

RADBRUCH, Gustav. *Introducción a la Ciencia del Derecho*. Traducción de Luis Recasens Siches. 1. ed. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1930.

\_\_\_\_\_. *Lo Spirito del Diritto Inglese*. A cura di Alessandro Baratta. Milano: Giuffrè, 1962.

RAGEL SÁNCHEZ, Luis Felipe. *Manual de Derecho Civil: Derecho de Obligaciones y Contratos*. Cáceres: Librería Técnica Universitaria, 1997.

RAMOS, André de Carvalho. Evolução Histórica do Direito Internacional Privado e a Consagração do Conflitualismo. *Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión*, a. 3, n. 5, 2015.

RAMOS, Rui Manuel Moura. *Estudos de Direito Internacional Privado da União Europeia*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016.

REDSLOB, Robert. *Histoire des Grands Principes du Droit des Gens*. Paris: Rosseau, 1923.

REICH, Emil. *Selected Documents Illustrating Medæval and Modern History*. London: P. S. King & Son, 1905.

REIMANN, Mathias. Comparative Law and Private International Law. In: REIMANN, Mathias; ZIMMERMANN, Reinhard (Eds.). *The Oxford Handbook of Comparative Law*. 2. ed. Oxford: Oxford University, 2019.

\_\_\_\_\_. Nineteenth Century German Legal Science. *Boston College Law Review*, v. 31, issue 4, 1990.

REIMANN, Mathias; ZEKOLL, Joachim (Orgs.). *Introduction to German Law*. 2. ed. The Hague: Kluwer Law International, 2005.

REIMANN, Mathias; ZIMMERMANN, Reinhard (Eds.). *The Oxford Handbook of Comparative Law*. 2. ed. Oxford: Oxford University, 2019.

REINO UNIDO. Courts of Probate and Divorce. *Hyde v. Hyde and Woodmansee*. Decided in March 20, 1866. Disponível em: <<http://www.uniset.ca/other/th/LR1PD130.html>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. England and Wales High Court (Commercial Court). *Donegal International Ltd. v. Zambia & Anor*. EWHC 197 (Comm) [2007]. Decided in February 15, 2007. Disponível em: <<https://www.casemine.com/judgement/uk/5a8ff7d760d03e7f57eb26a9>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Privy Council Appeal. *La Générale des Carrières et des Mines v. F. G. Hemisphere Associates, LLC*. UKPC 27. N. 0061 of 2011. Decided in July 17, 2012. Disponível em: <<https://www.jcpc.uk/cases/docs/jcpc-2011-0061-judgment.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2019.

RIBEIRO, Elmo Pilla. *O Princípio da Ordem Pública em Direito Internacional Privado*. Porto Alegre: [s. ed.], 1966.

RINGE, Wolf-Georg. Regulatory Competition in Global Financial Markets – the Case for a Special Resolution Regime. *University of Oxford Legal Research Paper Series*, n. 49/2015, January 2016, p. 9 et seq. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2659617](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2659617)>. Acesso em: 01 maio 2019.

RÖBEN, Volker. The Enforcement Authority of International Institutions. *German Law Journal*, v. 9, n. 11, 2008.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *O Princípio Constitucional da Igualdade*. Belo Horizonte: Lê, 1990.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei (Org.). *Solução de Controvérsias no MERCOSUL*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

ROMANO, Santi. *Lo Stato Moderno e la sua Crisi*. Discorso per l'inaugurazione dell'anno accademico nella R. Università di Pisa, letto il 4 novembre 1909. Pisa: Vannucchi, 1909.

ROSENFELD, Michel; ARATO, Andrew (Eds.). *Habermas on Law and Democracy: Critical Exchanges*. Berkeley: University of California, 1998.

SANTOS, António Marques dos. *As Normas de Aplicação Imediata no Direito Internacional Privado*. v. 1. Coimbra: Almedina, 1991.

\_\_\_\_\_. *As Normas de Aplicação Imediata no Direito Internacional Privado*. v. II. Coimbra: Almedina, 1991.

SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SAUVANT, Karl P. Foreign Direct Investment for Development: The United Nations Code of Conduct and the Search for Balance in International Investment Rules. In: WEILER, Todd; BAETENS, Freva (Eds.) *New Directions in International Economic Law*. Leiden: Martinus Nijhoff, 2011.



SAUVEPLANNE, J. G. New Trends in the Doctrine of Private International Law and Their Impact on Court Practice. *Recueil des Cours*, Tome 175, n. II, 1982.

SCHOFIELD, Philip. *Utility & Democracy: The Political Thought of Jeremy Bentham*. Oxford: Oxford University, 2006.

SCHRÖDER, Jan. *Recht als Wissenschaft: Geschichte der juristischen Methodenlehre in der Neuzeit (1500-1933)*. 2. Auflage. München: C. H. Beck, 2012.

SCHULTZ, Thomas. Postulats de Justice em Droit Transnational et Raisonnements de Droit International Privé. Premier Balisage d'um Champ d'Etude. In: KOHEN, Marcelo; BENTOLILA, Dolores (Eds.). *Melanges en l'Honneur du Professeur Jean-Michel Jaquet*. Paris: Lexis Nexis, 2013.

SCHUMACHER, Julian; TREBESCH, Christoph; ENDERLEIN, Henrik. Sovereign Defaults in Court. *European Central Bank Working Paper Series*, n. 2135, February 2018. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpwps/ecb.wp2135.en.pdf?afa9da3641f789eb6395b49f3e1850b9>>. Acesso em: 01 maio 2019.

SILVA, Alexandre Pereira da; Pereira, Mariana Yante Barrêto. “Fundos Abutres” vs. Estados Nacionais: Soberania e Atuação do Tribunal Internacional do Direito do Mar a partir do Caso da Fragata *Libertad*. *Revista de Direito Internacional*, v. 10, n. 21, 2013.

SILVA, Fernanda Tartuce. *Vulnerabilidade como Critério Legítimo de Desquitação no Processo Civil*. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. *História do Direito Português: Fontes de Direito*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1985.

SILVA NETO, Orlando Celso; MELO, Suzana Soares. Considerações sobre Cooperação Jurisdicional no Âmbito do Mercosul. In: RODRIGUES, Horácio Wanderlei (Org.). *Solução de Controvérsias no MERCOSUL*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

SIMON, Alain. *L'Ordre Public em Droit Privé*. Rennes: Impr. Réunies, 1941.

SKINNER, Quentin. *The Foundations of Modern Political Thought*. v. 1. Cambridge: Cambridge University, 2002.

\_\_\_\_\_. *The Foundations of Modern Political Thought*. v. 2. Cambridge: Cambridge University, 2004.

SLIJEPCEVIC, Dusanka. Zygmunt Bauman's Contribution to the Discourse on a Risk Society. *Sociological Discourse*, year 7, n. 13-14, 2017.

SMELSER, Neil J.; BALTES, Paul B. (Eds.). *Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. v. 13. Amsterdam: Elsevier, 2001.

SONTAG, Kenny. Nótulas sobre o Arquétipo Jurídico Alemão da Escola Histórica do Direito: Codificação, Cultura e Ciência do Direito. In: MONTIEL ALVAREZ, Alejandro; TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski; FELONIUK, Wagner Silveira (Orgs.). *Perspectivas do Discurso Jurídico: Argumentação, Hermenêutica e Cultura*. Porto Alegre: DM, 2015<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. Tendências Teórico-Jurídicas Decorrentes da Escola Histórica do Direito: Pandectística, Germanística e Histórica do Direito na Ciência do Direito Positivo Alemão do Século XIX. *Revista da Faculdade de Direito UFMG*, n. 66, jan./jun. 2015.

SORNARAJAH, M. *The International Law on Foreign Investment*. Cambridge: Cambridge University, 2017.

SPADE, Paul Vincent. Ockham's Nominalist Metaphysics: Some Main Themes. In: SPADE, Paul Vincent (Ed.). *The Cambridge Companion to Ockham*. Cambridge: Cambridge University, 2006.

SPADE, Paul Vincent (Ed.). *The Cambridge Companion to Ockham*. Cambridge: Cambridge University, 2006.

STEIN, Peter. *Roman Law in European History*. Cambridge: Cambridge University, 2004.

STEINHOFF, Uwe. *The Philosophy of Jürgen Habermas: a critical introduction*. Translated by Karsten Schöllner. Oxford: Oxford University, 2009.

STINTZING, Roderich von. *Ulrich Zasius, ein Beitrag zur Geschichte der Rechtswissenschaft im Zeitalter der Reformation*. Basel: Schweighauser, 1857.

STOLLBERG-RILINGER, Barbara. *Das Heilige Römische Reich Deutscher Nation*. München: C. H. Beck, 2006.

\_\_\_\_\_. *The Emperor's Old Clothes: Constitutional History and the Symbolic Language of the Holy Roman Empire*. Translated by Thomas Dunlap. New York: Berghahn, 2015.

STOLLEIS, Michael. *Geschichte des öffentlichen Rechts in Deutschland*. 1. Band. München: C. H. Beck, 1988.

STORY, Joseph. *Commentaries on the Conflict of Laws*. Boston: Hilliard, Gray, and Company, 1834.

STRENGER, Irineu. *Curso de Direito Internacional Privado*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

STURM, Fritz. Savigny und das internationale Privatrecht seiner Zeit. *Ius Commune*. v. VIII. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1979.

SUNSTEIN, Cass R. *Risk and Reason: Safety, Law and the Environment*. Cambridge: Cambridge University, 2002.

SYMEONIDES, Symeon C. The American Revolution and the European Evolution in Choice of Law: Reciprocal Lessons. *Tulane Law Review*, v. 82, n. 5, 2008.

TALPIS, Jeffrey A. Legal Rules which Determine their Own Sphere of Application: A Proposal for their Recognition in Quebec. *Revue Juridique Thémis*, v. 17, 1982.

TATHYER, Mevlüt. The 2008-2009 Financial Crisis in Historical Context. In: HACIOĞLU, Ümit; DINÇER, Hasan (Eds.). *Global Financial Crisis and Its Ramifications on Capital Markets: Opportunities and Threats in Volatile Economic Conditions*. Cham: Springer, 2017.

THE HAGUE INSTITUTE FOR GLOBAL JUSTICE; STIMSON CENTER. Report of the Commission on Global Security, Justice & Governance. *Confronting the Crisis of Global Governance*. June, 2015.

THIBAUT, Anton F. J. *System des Pandekten-Rechts*. 3. Ausgabe. 1. Band. Jena: Johann Michael Mauke, 1809.

\_\_\_\_\_. *Ueber die Nothwendigkeit eines allgemeinen bürgerliches Rechts für Deutschland*. Heidelberg: Mohr und Zimmer, 1814.

\_\_\_\_\_. *Ueber die sogenannte historische und nicht-historische Rechtsschule*. Heidelberg: J. C. B. Mohr, 1838.

\_\_\_\_\_. *Versuche über einzelne Theile der Theorie des Rechts*. 2. Ausgabe. 1. Band. Jena: J. M. Mauke und Sohn, 1817.

THORNHILL, Chris. The Future of the State. In: KJAER, Poul F.; TEUBNER, Gunther; FEBBRAJO, Alberto (Eds.). *The Financial Crisis in Constitutional Perspective*. Oxford: Hart, 2011.

TIETJE, Christian; KRAFT, Gerhard; KUMPAN, Christoph (Hrsg.). *Beiträge zum Transnationalen Wirtschaftsrecht*. Heft 143. Halle: Martin Luther Universität Halle-Wittenberg, 2017.

TITI, Catharine. Les Caluses de Stabilisation dans les Contrats d'Investissement: Une Entrave au Pouvoir Normatif de l'État d'Accueil? *Journal du Droit International*, n. 2, 2014.

TRACHTMAN, Joel P. Conflict of Laws and Accuracy in the Allocation of Government Responsibility. *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, v. 28, n. 5, 1994.

TRNAVCI, Genc. The Meaning and Scope of the Law of Nations in the Context of the Alien Tort Claims Act and International Law. *University of Pennsylvania Journal of International Law*, v. 26, n. 2, 2005.

TRUBEK, David M.; SANTOS, Alvaro (Eds.). *The New Law and Economic Development. A Critical Appraisal*. Cambridge: Cambridge University, 2006.

ULLMANN, Walter. *Principles of Government and Politics in the Middle Ages*. Abingdon: Routledge, 2010.

\_\_\_\_\_. The Development of the Medieval Idea of Sovereignty. *The English Historical Review*, v. 64, n. 250, 1949.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (CE) n. 593/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 2008, sobre a lei aplicável às obrigações contratuais (Regulamento de Roma I). 2008.

VALERY, Jules. *Manuel de Droit International Privé*. Paris: Fontemoing, 1914.

VALLADÃO, Haroldo. *Direito Internacional Privado*. v. 1. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

VAN DEN EECKHOUT, Veerle. Promoting Human Rights within the Union: The Role of European Private International Law. *European Law Journal*, v. 14, n. 1, 2008.

VAN DER EEM, Bram. Financial Stability as a Global Public Good and Private International Law as an Instrument for its Transnational Governance – Some Basic Thoughts. In: WATT, Horatia Muir; FERNÁNDEZ ARROYO, Diego (Eds.). *Private International Law and Global Governance*. Oxford: Oxford University, 2014.

VAN DER VLUGT, W. L'Œuvre de Grotius. *Recueil des Cours*, Tome 7, n. 2, 1925.

VILLELA, Álvaro da Costa Machado. *Tratado Elementar de Direito Internacional Privado*. Livro I. Coimbra: Coimbra, 1921.

VILLEY, Michel. *A Formação do Pensamento Jurídico Moderno*. Tradução de Claudia Berliner. Revisão técnica de Gildo Sá Leitão Rios. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VINOGRADOFF, Paul. *Roman Law in Mediæval Europe*. London: Harper & Brothers, 1909.

VISCHER, Frank. General Course on Private International Law. *Recueil des Cours*, Tome 232, n. I, 1992.

VITTA, Edoardo. Cours Général de Droit International Privé. *Recueil des Cours*, Tome 162, n. 1, 1979.

VOET, Johannes. *Commentary on the Pandects*. v. 1. Book 1. Translated by James Buchanan. Capetown: J. C. Juta, 1880.

VON FEUERBACH, Paul J. A. *Ueber Philosophie und Empirie in ihrem Verhältnisse zur positiven Rechtswissenschaft*. Landshut: Joseph Attenkofer, 1804.

VON JHERING, Rudolph. *Der Zweck im Recht*. 1. Band. Leipzig: Breitkopf & Härtel, 1877.

\_\_\_\_\_. Friedrich Karl von Savigny. *Jahrbücher für die Dogmatik des heutigen römischen und deutschen Privatrechts*. 5. Band. Jena: Friedrich Mauke, 1861.

VON SAVIGNY, Friedrich Carl. *A Treatise of the Conflict of Laws and the Limits of Their Operation in Respect of Place and Time*. Translated with notes by William Guthrie. Edimburgh: T. & T. Clark, 1869.

\_\_\_\_\_. Sistema do Direito Romano Atual. Tradução de Ciro Mioranza. Ijuí: Unijuí, 2004.

\_\_\_\_\_. *System des heutigen Römischen Rechts*. Band VIII. Berlin: Veit, 1849.

\_\_\_\_\_. Ueber den Zweck dieser Zeitschrift. *Zeitschrift für geschichtliche Rechtswissenschaft*. 1. Band. Berlin: Nicolaischen Buchhandlung, 1815.

\_\_\_\_\_. *Vom Beruf unsrer Zeir für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft*. Heidelberg: Mohr und Zimmer, 1814.

VON WÄCHTER, Karl Georg. Ueber die Colission der Privatrechtsgesetze verschiedener Staaten. *Archiv für die Civilistische Praxis*. Band XXIV. Heft 1. Heidelberg: J. C. B. Mohr, 1841.

\_\_\_\_\_. Ueber die Collision der Privatrechtsgesetze verschiedener Staaten. *Archiv für die civilistische Praxis*. Band XXV, Heft 2. Heidelberg: J. C. B. Mohr, 1842.

WAI, Robert. Transnational Lifftoff and Judicial Touchdown: The Regulatory Function of Private International Law in an Era of Globalization. *Columbia Journal of Transnational Law*, v. 40, 2002.

WALKER, Neil. Beyond Boundary Disputes and Basic Grids: Mapping the Global Disorder of Normative Orders. *International Journal of Constitutional Law*, v. 6, issue 3-4, 2008.

WATSON, Alan. *Roman Law & Comparative Law*. Athens: University of Georgia, 1991.

\_\_\_\_\_. The Structure of Blackstone's Commentaries. *Yale Law Journal*, v. 97, issue 5, 1988.



WATT, Horatia Muir. Hospitality, Tolerance, and Exclusion in Legal Form: Private International Law and the Politics of Difference. *Current Legal Problems*, v. 70, n. 1, 2017.

\_\_\_\_\_. Integration and Diversity: The Conflict of Laws as a Regulatory Tool. In: CAFAGGI, Fabrizio (Ed.). *The Institutional Framework of European Private Law*. Collected Courses of the Academy of European Law. Oxford: Oxford University, 2006.

\_\_\_\_\_. Private International Law beyond the Schism. *Transnational Legal Theory*, v. 2, issue 3, 2011.

\_\_\_\_\_. The Relevance of Private International Law to the Global Governance Debate. In: WATT, Horatia Muir; FERNÁNDEZ ARROYO, Diego (Eds.). *Private International Law and Global Governance*. Oxford: Oxford University, 2014.

WATT, Horatia Muir; FERNÁNDEZ ARROYO, Diego (Eds.). *Private International Law and Global Governance*. Oxford: Oxford University, 2014.

WEBER, Helmut. *Die Theorie der Qualifikation: Franz Kahn, Etienne Bartin und die Entwicklung ihrer Lehre bis zur universalen Anerkennung der Qualifikation als allgemeines Problem des Internationalen Privatrechts (1890-1945)*. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1986.

WEI, Shen. FG Hemisphere Associates v. Democratic Republic of the Congo. *American Journal of International Law*, v. 108, issue 4, 2014.

WEILER, Todd; BAETENS, Freva (Eds.) *New Directions in International Economic Law*. Leiden: Martinus Nijhoff, 2011.

WEISS, André. *Traité Théorique et Pratique de Droit International Privé*. Tome III. Paris: Librairie de la Société du Recueil Général des Lois et des Arrêts, 1898.

WENGLER, Wilhelm. *Internationales Privatrecht*. 1. Teilband. Berlin: Walter de Gruyter, 1981.

WESTLAKE, John. *A Treatise on Private International Law*. London: W. Maxwell, 1858.

WET, Erika de. Holding International Institutions Accountable: The Complementary Role of Non-Judicial Oversight Mechanisms and Judicial Review. *German Law Journal*, v. 9, n. 11, 2008.

WHATLEY, Steven. A Democratic Rule of International Law. *The European Journal of International Law*, v. 22, n. 2, 2011.

WHYTOCK, Christopher A. Conflict of Laws, Global Governance, and Transnational Legal Order. *UC Irvine Journal of International, Transnational, and Comparative Law*, v. 1, 2016.

\_\_\_\_\_. Domestic Courts and Global Governance. *Tulane Law Review*, v. 84, n. 67, 2009.

\_\_\_\_\_. Faith and Scepticism in Private International Law: Trust, Governance, Politics, and Foreign Judgments. *Erasmus Law Review*, issue 3, 2014.

\_\_\_\_\_. Myth of Mess? International Choice of Law in Action. *New York Law Review*, v. 84, 2009.

WIEACKER, Franz. *História do Direito Privado Moderno*. 2. ed. Tradução de A. M. Hespanha. Lisboa: Gulbenkian, 1993.

\_\_\_\_\_. The Importance of Roman Law for Western Civilization and Western Legal Thought. *Boston College International and Comparative Law Review*, v. 4, issue 2, 1981.

WILLOWEIT, Dietmar (Red.). *Gesetzgebung als Faktor der Staatsentwicklung*. Berlin: Duncker & Humblot, 1984.

WOLFF, Martin. *Internationales Privatrecht*. Berlin: Julius Springer, 1933.

WOLKMER, Antonio Carlos. *História do Direito no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003

\_\_\_\_\_. *Síntese de uma História das Idéias Jurídicas: Da Antiguidade Clássica à Moderna*. Florianópolis: Boiteux, 2006.

WOOLF, Cecil N. S. *Bartolus of Sassoferrato: His Position in the History of Medieval Political Thought*. Cambridge: Cambridge University, 1913.

WORSTER, William Thomas. Relative International Legal Personality of Non-State Actors. *Brooklyn Journal of International Law*, v. 42, issue 1, 2016.

WORTLEY, Ben Atkinson. The General Principles of Private International Law from the English Standpoint. *Recueil des Cours*, Tome 71, n. 2, 1947.

WURMNEST, Wolfgang. Ordre Public (Public Policy). In: LEIBLÉ, Stefan (Ed.). *General Principles of European Private International Law*. Alphen aan den Rijn: Wolters Kluwer, 2016.

WYPLOSZ, Charles. International Financial Stability. In: KAUL, Inge; GRUNBERG, Isabelle; STERN, Marc A. *Global Public Goods: International Cooperation in the 21<sup>st</sup> Century*. Oxford: Oxford University, 1999.

YNTEMA, Hessel E. The Historic Bases of Private International Law. *The American Journal of Comparative Law*, v. 2, n. 3, 1953.

ZIMMERMANN, Reinhard. Characteristic Aspects of German Legal Culture. In: REIMANN, Mathias; ZEKOLL, Joachim (Orgs.). *Introduction to German Law*. 2. ed. The Hague: Kluwer Law International, 2005.

ZIPPELIUS, Reinhold. *Kleine deutsche Verfassungsgeschichte: Vom frühen Mittelalter bis zur Gegenwart*. 7. Auflage. München: C. H. Beck, 2006.

\_\_\_\_\_. *Teoria Geral do Estado: Ciência Política*. Tradução de António Francisco de Sousa e António Franco. São Paulo: Saraiva, 2016.